



Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XX Seminário de Iniciação Científica

ARENDT: LIBERDADE POLÍTICA¹

Marcelo Barbosa², Claudio Boeira Garcia³.

¹ Artigo produzido durante a realização do projeto de pesquisa de iniciação científica financiado pela instituição PROBIC/FAPERGS

² Aluno do curso de filosofia da Unijuí. Bolsistita PIBIC/UNIJUI

³ Orientador, professor do Departamento de Humanidades e Educação

Resumo: O texto discute as questões acerca da liberdade política, tratada por Hannah Arendt, nas obras intituladas *O que é política* e *Sobre a Revolução*. As reflexões a cerca do sentido da liberdade política estão referenciadas em experiências e noções da política concernente a Grécia antiga, ao período medieval romano cristão e a modernidade que desemboca na revolução americana. Para tal serão tratadas o sentido original de liberdade política que remonta a experiência da polis grega. O sentido da política na modernidade onde ocorre o deslocamento das reflexões sobre a política para a filosofia da história, sendo justificadas a partir das noções de causalidade, processo e progresso histórico da sociedade. A ação política que é protagonizada por atores livres que possuem a capacidade intersubjetiva de iniciarem nova cadeia de acontecimentos no âmbito da esfera pública. E a novidade da revolução americana que emerge da experiência dos primeiros colonos americanos, que sabiam diferenciar as questões da libertação da opressão de um governo tirânico em face do estabelecimento de uma constituição e forma de governo cujo poder se assenta na participação efetiva do povo nos assuntos da república.

Palavras chave: Política, Liberdade, Ação, Opinião.

Introdução:

O texto teve como fundamentação teórica as obras de Hannah Arendt, intituladas *O que é Política?* e *Sobre a Revolução*. E a partir das leituras, análises e sistematização foram respondidas as questões que para a autora sintetiza o que é a política e a liberdade política. Para tanto também foi relacionado à experiência da liberdade política antiga e moderna. E finalizando com novidade da revolução americana do final do século XVIII e sua relação com a liberdade política e a constituição evidenciando assim as ações da liberdade política.

Metodologia:

Para realização do texto acerca das relações e análises que a autora estabelece entre os temas da política e da liberdade foram lidas e analisadas as seguintes obras de Hannah Arendt: *O que é política*, *A Dignidade da política*, *A condição humana*, *Sobre a Revolução*, *Origens do Totalitarismo*, *Crises da República* e *Entre o Passado e o Futuro*. No essencial a investigação seguiu os procedimentos usuais de





Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XX Seminário de Iniciação Científica

um estudo filosófico dedicado às atividades de leitura, resenha e análise da bibliografia principal e secundária escolhida.

Resultados e discussão:

O aparecimento dos regimes totalitários e as devastações que eles produziram no mundo estão na origem do interesse de Arendt pela questão da liberdade política. Não escreveu obras específicas sobre o assunto, contudo em torno dele se movem suas “experiências de pensamento” sobre a política antiga, moderna e da época em que viveu.

Para a autora, liberdade e política, em termos originários, significam a mesma coisa. Ela é algo que diz respeito a uma determinada forma de organização social desenvolvida na cidade grega nos últimos séculos antes da era cristã. A condição dessa liberdade era a existência de espaços de debate e de ação para aqueles que, libertos da coerção de um senhor ou das atividades laborais, podiam se dedicar aos assuntos da polis. No apogeu da experiência da cidade grega, a liberdade política dependia do fato de que muitos que não estavam submetidos às coerções do labor ou da escravidão estavam dispostos a frequentar os espaços públicos estabelecidos para o debate e para o início de novos empreendimentos de interesse comum. Tal noção foi ofuscada ou configurada por outros conteúdos e significados após o declínio da polis grega.

No longo período que precede a era moderna, novas significações da política são elaboradas, para tal contribuiu, de modo decisivo, o pensamento teológico do início da era cristã e, também, aquele viés de pensamento filosófico que atribuiu um sentido para a política a partir das respostas que ofereceram à pergunta: o que é o homem? Tal inversão suspendeu e alterou o significado originário de política o qual não se assentava no homem singular e isolado, mas, sim em um espaço estabelecido entre eles e, cuja relevância, decorria do fato de que apenas nele podiam debater questões e iniciar empreendimentos de interesse comum (Arendt, 1999).

O cristianismo em sua fase inicial se afastou desse conteúdo e das preocupações mundanas devido à compreensão de que elas distraiam a preparação de cada indivíduo para a vida futura. Mesmo assim, as posturas apolíticas dos primeiros cristãos, influenciadas, entre outros fatores, pela conversão do imperador Constantino; pelo fim do Império Romano no Ocidente e pela interpretação da política por Agostinho. Contudo, se é verdade que a combinação desses elementos viabilizou a formulação de uma política cristã, apta a encarregar-se de assuntos mundanos, também é fato que ela não deixou de ser concebida, pelo menos teoricamente, como um meio subordinado à realização de objetivos mais elevados. Ainda nos tempos antigos, contribuiu, também, para estabelecer um novo significado de liberdade política, o entendimento segundo o qual a política é tão natural e necessária quanto o é a condição societária da vida humana. Concepção que se apoiou na tradução equivocada da expressão aristotélica *zoon politikon* já que, para Aristóteles, assim como para os gregos, a palavra *politikon* era um adjetivo que designava a organização da polis e não qualquer forma de convívio humano (Arendt 1979, 1999).

A partir do início dos tempos modernos, o significado da liberdade política e dos elementos que a caracterizam adquirem outros conteúdos. Desde aí, o âmbito da vida social e suas necessidades passam a ocupar um lugar central na política. Tanto os regimes despóticos quanto as democracias igualitárias



Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XX Seminário de Iniciação Científica

do século XIX conceberam que é obrigação do governo proteger a livre produtividade da sociedade e a segurança do indivíduo em seu âmbito privado. Desde o advento do Estado nacional predominou a opinião de que ao governo cabe proteger a liberdade da sociedade e que a participação política dos cidadãos no governo só é necessária porque o exercício da força pelo Estado precisa ser controlado pelos governados. Nesse contexto, impôs-se, de tal modo, a ideia de o Estado é uma função da sociedade ou um mal necessário para a liberdade social, que mesmo, nas revoluções modernas, apenas nos períodos em que ocorreram experiências diretas de agir político, houve coincidência das noções de ter participação no governo e ser livre. Desde aí, os governos constitucionais estabelecem limites, os mais amplos possíveis para o espaço estatal do governar, a fim de possibilitar a liberdade fora de seu espaço. A liberdade de agir e de atuar politicamente passam a ser concebidas como prerrogativas do governo e dos políticos profissionais que se oferecem ao povo como seus representantes no sistema de partidos, para representar seus interesses dentro do Estado e, se for o caso, contra o Estado. Nessas circunstâncias, o conteúdo e a extensão da liberdade se modificaram significativamente: a liberdade foi alçada como o objetivo mais alto, contudo a política passou a ser concebida apenas como um meio para tal (Arendt 1999).

Enfim, resume Arendt: a liberdade política não é algo de decorre de uma suposta essência humana nem existiu em toda parte; alterações de significados de política e de liberdade à parte, a ideia de que ambas estão ligadas só foi suspensa, de modo radical, nos Estados totalitários e pelas ideologias que lhes correspondem. Em todo o caso, o reconhecimento do que está implicado na ação, na pluralidade humana e na liberdade política, se revelou crucial, sobretudo depois que totalitarismo se demonstrou capaz de controlar, pelo menos nos campos de concentração, a espontaneidade dos humanos em todos os planos de suas existências. Estas noções de consentimento e de compromisso moral do cidadão perante as leis foram entendidas, pelos revolucionários americanos do século XVIII, como apoio ativo e participação contínua nos assuntos de interesse público. Para eles, a República se assentava no poder do povo, por isso, os escolhidos para ocupar os lugares nos quais tal poder se estendia, poderiam ser destituídos de seus cargos. Participar da República e acatar suas leis, nos termos que eles estabeleceram, exigia, de cada um, o consentimento tácito voluntário no qual a dissidência também era uma possibilidade legal, porque ela denotava “a marca do governo livre”. Enfim: o consentimento assim compreendido correspondeu ao espírito da lei e do governo norte-americano concebidos por aqueles que ao mesmo tempo se empenharam na luta de libertação da tirania e no estabelecimento de garantias constitucionais para aquilo que entenderam nessa época, como liberdade política (Arendt, 1971).

Conclusões:

Conclui-se que para Arendt a liberdade e a política estão estritamente ligadas, e que estas não decorrem de uma natureza humana e também não estão presentes em todas as formas de governo. A liberdade política se efetiva somente no âmbito da pluralidade humana onde, de forma livre, podem ser iniciadas cadeias de novos acontecimentos. O agir intersubjetivo e de forma espontânea é de fundamental importância para que as opiniões sejam expressas de forma pública e de que o cidadão tenha livre participação na organização das diferentes instâncias institucionais do corpo político as quais





Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XX Seminário de Iniciação Científica

asseguram uma relação adequada entre os âmbitos da ação e das instituições que limitam os riscos das ações desmedidas.

Agradecimentos:

Ao professor Cláudio Boeira Garcia, A instituição FAPERGS e UNIJUI.

Bibliografia:

Arendt, Hannah. O que é política? / Hannah Arendt; [editora, Ursula Ludz]. Tradução de Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. Sobre a Revolução. Tradução . Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

1 Artigo que fundamenta o relatório final das atividade da bolsa de iniciação científica PROBIC/FAPERGS.

2 Acadêmico do curso de filosofia da UNIJUI, atualmente bolsista do programa PIBIC/UNIJUI. Barbosa_mondai@hotmail.com